

Augusto Litholdo *

I - INTRODUÇÃO

Durante quase dois séculos, a teoria de Isaac Newton teve esmagadora aceitação. Embora o físico e filósofo inglês guardasse certas restrições em relação ao aspecto global de seu pensamento, seus discípulos admitiam um Universo fechado, um "mundo" regido por leis rígidas e imutáveis, considerando espaço e tempo separadamente e com caráter absoluto. Tal perspectiva, no entanto, não impedia, ao contrário, favorecia a formulação de teorias e de leis científicas, permitindo a construção de uma ciência nomotética.

Com J.V.Gibbs, A.Einstein e outros, as ciências físico-químicas e mesmo a Biologia deram um salto qualitativo em termos epistemológicos. Surge uma nova visão relativa ao Universo. É o que poderia ser chamado de "A Contingência do Universo".

Essa nova visão da realidade em nada perturbou, em relação a essas ciências, a construção de sistemas científicos com caráter nomotético.

Muito diversa é a história da Geografia. Sem remontar aos gregos ou aos babilônicos, a análise histórica da Geografia coloca um marco significativo em Emanuel Kant. As raízes da Geografia tradicional podem ser pensadas alemães: Humboldt, Ritter e Ratzel. Conquanto houvesse uma tendência acentuada em formular teorias referentes ao mundo geográfico (o determinismo de Ratzel, por exemplo) a Geografia não conseguiu ir além de um conhecimento descritivo, de um inventário dos fatos sem possibilidade de formular, com relação às ciências geográficas, o que chamamos de

* Professor Titular junto ao Departamento de Geografia Humana e Regional - IPEAPP - UNESP - Presidente Prudente.

leis científicas.

Da Alemanha para a França, com Vidal de La Blache, a Geografia se torna "a ciência dos lugares" mas não perde, em termos metodológicos e epistemológicos o caráter de conhecimento descritivo, tão somente. Até a década de 60 as ciências geográficas não haviam adentrado, ainda, à fase explicativa.

Com a escola anglo-saxônica, a partir da década de 60, surge o que ficou denominado de "revolução quantitativa e teórica". É no plano do método que tal revolução se consolida. É a tentativa de encontrar para a Geografia aquele status de ciência nomotética já consagrado nas ciências físicas. Para tanto é necessário fazer da matemática a base de tal ciência, juntamente com a teoria dos sistemas.

Sem discutir os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos nesse mister, é preciso convir que a nova Geografia, como ficou conhecida, tenta, com a matematização das paisagens, seu grito de desespero, no plano metodológico, em busca de uma identificação do seu papel epistemológico.

Apesar desse esforço, em relação à nova Geografia, as dúvidas não foram eliminadas. Outras tendências surgiram paralelamente: como a posição Idealista ou aquela que pode ser chamada de Geografia Radical. Estará a Geografia destinada a permanecer eternamente como um conhecimento idiográfico? Os apelos dirigidos aos filósofos das ciências continuam de pé. Geógrafos-filósofos e filósofos que se dedicam à Geografia têm, nestes últimos dez anos, procurado dar contribuições nesse sentido, isto é, no sentido de se utilizar de modelos, de formulação de teorias e de buscar leis científicas. Há, inclusive, tendências de transformar a geografia em uma ciência rigorosamente generalizada à semelhança do que se pretendeu com a filosofia, de maneira geral. Seria a busca de um sincretismo em relação às demais ciências. O debate fica, no entanto, no plano teórico, epistemológico e filosófico.

Enquanto a Geografia se agita nessa indefinição de identidade epistemológica, as suas irmãs (Física, Química, Biologia) caminham com certa segurança no campo me

metodológico.

O presente trabalho, mais um esboço de reflexão epistemológica do que uma pesquisa acabada, visa a discussão de problemas ligados à crise pela qual passa a Geografia. Um ensaio aqui outro acolá poderão contribuir para o esclarecimento do assunto e permitir mais tarde, talvez, alguma definição mais precisa da tão debatida questão, visando a produzir literaturas aos alunos que iniciam estudos geográficos.

Aqueles que definem a Geografia como a ciência da organização do espaço, tornam-na fundamentalmente uma ciência humana, desde que se considere o espaço geográfico segundo o ponto de vista de um H. Isnard, por exemplo. Mais do que a Sociologia, do que a Psicologia, do que a Antropologia ou do que a História, a Geografia terá a ver com a essência da natureza humana. Sendo o espaço geográfico uma criação, uma construção humana ele reflete esse mesmo ser humano que o criou, que o construiu. O espaço geográfico é uma espécie de fotografia da comunidade que o construiu. Resulta de uma ação racional. Ali devem estar presentes implicitamente as suas aspirações, tendências, necessidades, desejos, objetivos, cultura de maneira geral e principalmente sua ideologia. Enfim, o espaço construído pelo homem deve refletir esse mesmo homem que o criou. Assemelha-se a uma gravura que o psicólogo pede ao paciente para pintar. O paciente coloca na figura traços de sua personalidade. O geógrafo que analisa em profundidade um espaço geograficamente organizado poderá ver nele mais do que aquilo que a comunidade ali realizou, mais do que seu aspecto exterior. Ele deve explicar o pensamento subjacente ao evento. Ele poderá ver muito do que é o homem em sua generalidade, tanto no aspecto social como no aspecto individual. (e aqui surge outro problema que dará ensejo para a abertura de um capítulo onde se deva estudar o individual e o social na natureza humana).

Quando o geógrafo faz o corte fundamental entre a Natureza e Cultura, colocando de um lado os fatos físicos e de outro os fatos humanos ele tem tudo diante de si, menos a Geografia, dentro do conceito de Geografia aqui exposto.

Essa dicotomia elimina, antes de mais nada, o próprio objeto da Geografia, como um químico que decompusse a água em hidrogênio e oxigênio. Ele terá os componentes da água mas não terá a água. Essa encruzilhada tripartida do saber, colocando de um lado a matéria, de outro a vida e de outro a sociedade humana é mais uma forma didática para simplificar o conhecimento humano do que a expressão desse mesmo conhecimento. Pois ela pode, em contrapartida, mutilar a realidade do saber. Se por outro lado facilitou a análise da realidade humana por outro pode ter, ao invés da realidade, nada mais do que ídolas baconianas diante de si. O todo não tem características das partes, as partes é que têm características de todo. E não é fácil subestimar essa afirmação dos gestálticos. A verdade é que os geógrafos ainda não se dispuseram, com a preocupação necessária, a considerar as integrações entre fatos físicos e fatos humanos como o real objeto da Geografia. Talvez seja este um trabalho para um filósofo da Geografia. Mas os mesmos filósofos que têm produzido trabalhos de certa relevância em Filosofia da Matemática (Bertrand Russell) Filosofia da Ciência Natural (Carl.G. Hempel) Filosofia da Ciência Biológica (David Hull) Filosofia da Ciência Social (Richard S. Rudner) Filosofia da História (William Dray) Filosofia da Religião (John Hick) Filosofia da Lógica (W.V. Quine) Filosofia da Geologia (Claude C. Albritton) Filosofia da Educação (Israel Scheffler) ainda não se dispuseram a fazer uma Filosofia da Geografia. E a problemática talvez se coloque exatamente nesse fato, isto é, no corte entre geografia física de um lado e geografia humana do outro. A integração entre meio natural (matéria e vida) e a sociedade humana suscitará a emergência de um fenômeno novo, global, relativo ao homem. Um fenômeno cuja análise exigirá profundas reflexões epistemológicas, filosóficas.

Para aquele que adota uma posição idealista para a Geografia, nos moldes de Collingwood para com a História, não haverá a preocupação de buscar leis científicas. Mas, por outro lado, não há a necessidade de se restringir a uma descrição estatística apenas. Tais geógrafos tentarão compreender o homem global, em toda sua complexidade e explicado em suas relações com o meio, quer físico quer

sócio-econômico.

Vista por este prisma, a Geografia não deve ser considerada uma ciência humana no mesmo sentido da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia ou da História. Enquanto cada uma destas ciências analisa um aspecto da natureza humana a Geografia procura apanhar o homem na sua totalidade concreta.

O presente trabalho apresentado de maneira despretenciosa, e que deverá ser intitulado Geografia e Epistemologia - iniciar-se-á com capítulos esclarecedores referentes ao sentido que se dará a alguns termos fundamentais para o conhecimento humano em geral e para o conhecimento geográfico em particular.

CAPÍTULO I

Já não está fora de tempo a necessidade de se fazer a tentativa de por um fim à controvérsia entre conhecimento filosófico de um lado e conhecimento científico de outro. Aqueles que ainda discutem tal questão, mais debatem um falso problema do que uma realidade significativa. Uma análise rigorosa do assunto poderá mostrar que a distinção entre pesquisa ou investigação filosófica de um lado e conhecimento científico de outro é mais um problema de método, embora aqui, o vocábulo deva ser usado com certa cautela.

Os filósofos, de maneira geral, partem de observações esporádicas, ocasionais e sem muita exigência rigidamente metodológica na coleta dos dados, elaboram teorias, sistemas explicativos da realidade geral. A razão, o raciocínio, quando não a pura imaginação, têm papel preponderante na construção do conhecimento humano. De outro lado, os cientistas pretendem ficar apenas com os fatos. Constatados os fatos, dobram-se diante deles. Assim pensam eles. De um lado os cientistas chegaram a ridicularizar a Filosofia, de outro, é o valor da Ciência que é contestado pelos filósofos e políticos. Nenhuma das partes parece estar com a razão. Se é certo, como já diz o velho slogan

filosófico, que nada existe na consciência que não tenha vindo dos sentidos, também é certo que não há fato que não esteja configurado pela razão. Sentidos e raciocínio, (reflexão) atuam simultaneamente na captação da realidade externa. Este é um fato que independe da opção humana. É utópica a pretensão dos filósofos, quando criam teorias explicativas da realidade humana supondo basearem-se apenas no raciocínio. Tais teorias estão impregnadas de dados observacionais. Assim como é utópico e ilusório pretender a existência de um dado puro. Todo conhecimento científico comporta grande dose de reflexão, de raciocínio e de relações provenientes da razão humana. Pecam os Empiristas Puros, por uma questão de método e pecam os Racionalistas Puros pela mesma razão. Os Empiristas Lógicos parecem ter, até certo ponto, superado o problema.

Os filósofos, de maneira especial os metafísicos, alegam, muitas vezes, que a Ciência lida com a aparência e a Metafísica penetra a realidade mais íntima que se coloca fora da aparência. A aparência é ilusória. Descartes já havia salientado com insistência esse raciocínio. Se tivéssemos uma membrana amarela em nossos olhos, dizia o pensador francês, toda a realidade exterior se nos apresentaria como sendo amarela. A busca de uma realidade objetiva, a tentativa de afastar-se a cada momento mais e mais daquilo que é apenas aparente, é tarefa do cientista; não apenas do filósofo. Esta é a razão do esforço de Edmund Husserl na criação da corrente fenomenológica.

Se conversarmos com um caboclo a respeito dos astros e da Terra, ele poderá nos dizer que a Terra é imóvel, que a Lua não é maior do que uma bola de futebol e assim por diante. Aparentemente ele estará certo. Quando o astrônomo vai além dessa aparência, seja qual for o método utilizado, é o astrônomo um metafísico? Afinal, até que ponto captamos a realidade, objetivamente? Os pensadores da Idade Média admitiam, fundamentados na aparência, que a Terra era imóvel e o centro do nosso sistema solar, e que o Sol se movimentava ao redor dela. Nesse caso esses filósofos eram os cientistas e Copérnico, Kepler e Galileu seriam os metafísicos, uma vez terem sido eles que ultrapassaram a aparência. Seria necessário, primeiramente, definir um fato

se ele é realmente um fato ou se o é apenas na aparência. É a Ciência que caminha, superando suas próprias explicações aparentemente reais, para buscar a realidade que jaz além dessa mesma aparência.

É necessário, pois, que nos afastemos dessa perspectiva e busquemos outra onde os elementos não se conflitem. Ao invés de discutir a validade do conhecimento filosófico em oposição ao científico ou o científico em oposição ao filosófico é preciso ignorar tais conceitos e definições e partir da existência de uma realidade exterior, uma realidade que pode e deve ser conhecida e explicada.

Para tanto, a mais sensata das condutas, em termos epistemológicos, é a utilização conjunta de sentidos e raciocínio (reflexão) isto é, dos dois recursos que a natureza concedeu ao homem para se chegar à explicação científica. Todo cientista é ao mesmo tempo um filósofo e vice-versa.

O fato básico se apresenta com a existência de uma realidade global que se coloca diante do homem e que precisa ser explicada. Como explicá-la, como pesquisar adequadamente a fim de se chegar ao real conhecimento dos fenômenos que nos rodeiam?

De imediato nos surge a necessidade de reconhecer a existência desses dois recursos inatos e indispensáveis na pesquisa e na busca do conhecimento.

O primeiro são os SENTIDOS. Partamos, pois desse fato já milenarmente reconhecido de que são os sentidos indiscutivelmente o ponto de partida para se obter conhecimento. Não conseguimos pensar em uma pessoa desprovida completamente de todos os sentidos. Mas se fosse possível imaginá-la, também teríamos de admitir que tal pessoa seria incapaz de qualquer espécie de conhecimento. Ela não teria conhecimento algum. Os sentidos são o ponto de partida de todo conhecimento. Não chega ao intelecto sem passar pelos sentidos, exceto o próprio intelecto; já dizia Aristôteles. Para os Empiristas Puros o problema epistemológico não vai além de tal premissa.

São os dados brutos, os fatos puros captados pelos sentidos que nos dão a medida do conhecimento. Acontece, no entanto, que os nossos sentidos são demasiadamen

te limitados. Que é que captamos ao olhar (a olho nu) uma rocha qualquer ou uma folha de um vegetal? Que vemos ao levantar nossos olhos para a lua cheia? O que realmente vemos é apenas a aparência; a realidade é bem diversa. Tentando ir além da limitação dos sentidos, o homem construiu aparelhos para auxiliar esses mesmos sentidos. Sem os sentidos, no entanto, os aparelhos não têm utilidade alguma. Os aparelhos são, tão somente, a ampliação dos sentidos. Assim o uso da lupa, do microscópio, ou telescópio ou de qualquer aparelho auditivo, apenas amplia a acuidade dos sentidos. Até aqui não saímos dos sentidos.

O segundo recurso natural de que dispomos e indispensável à aquisição do conhecimento é a reflexão. Não existe nem mesmo um dado bruto, puro. Todos estão configurados pela razão. Como também declara, Leônidas de He genberg.

A experiência está configurada pela razão, ainda que assentada sobre os fatos. Observar e experimentar sem idéias é impraticável. Fenômenos de pura observação não conduzem a nada. Os fenômenos já comparecem ao tribunal da razão dentro de arcabouços teóricos: a roupagem teórica veste os dados observacionais.

O próprio dado simples é uma projeção, até certo ponto, da personalidade de quem o observa. Uma catedral no centro de uma cidade, rodeada por um belo granado, é vista de uma forma por um arquiteto, de outra por um engenheiro civil, de outra por um pedreiro, de outra por um menino que joga futebol, de outra por um padre e de outra por um ateu. A objetividade é característica básica da investigação científica. E a reflexão deve estar a serviço dessa objetividade, impedindo e afastando, o máximo possível, a subjetividade presente em toda análise, o raciocínio está inevitavelmente presente em qualquer forma de se obter conhecimento. Ele deve dirigir, regular, nortear, e dar sentido à investigação. No trabalho da investigação científica, na busca do conhecimento, sentidos e reflexão devem caminhar lado a lado; um auxilia e completa o outro. Não somente a filosofia, isto é, a razão, não somente a ciência, isto é, os fatos, mas filosofia da ciência. A física é um exemplo de ciência repleta de teorias que permanecem, como tais, no cam

po da filosofia.

Assim sendo, mesmo com o aperfeiçoamento de aparelhos, o homem nem se aproxima da realidade global. Como declara Irving Copi, ninguém consegue ver ou tocar uma partícula newtoniana ou um elétron, ou mesmo um átomo. O mesmo se pode dizer dos gens mendelianos ou dos elementos que compõem a teoria moderna da genética.

Isso acontece porque, procurando afastar-se da aparência, em relação ao fenômeno parcial, mesmo que se consiga uma objetividade significativa, teremos apenas o fenômeno parcial. E a realidade não é a soma das partes. A realidade é uma globalidade que tem característica de globalidade, as características emanam para as partes. Só a partir do global é possível entender corretamente as partes.

Não há, no entanto, possibilidade de se chegar ao global, senão através de formulações de teorias, de hipóteses.

Se quisermos penetrar um pouco mais fundo a realidade que nos cerca, teremos inevitavelmente que recorrer às teorias, às hipóteses, à imaginação. Não dispomos de outro recurso. Como declara sabiamente Novalis: "As hipóteses são redes: só quem as lança colhe alguma coisa"; a declaração de que "só quem as lança" implica em condição "sine qua non" do conhecimento. A percepção só nos dá fatos parciais. Jamais poderemos, utilizando apenas da intuição, isto é, dos sentidos, chegar próximo à realidade. A interpretação dada aos fatos isolados pode ser errônea se desvinculada da realidade global a que faz parte. A metade de uma laranja, exposta em um planeta onde ninguém tivesse visto uma laranja inteira, jamais seria vista como a metade de uma laranja. Seria algo que não corresponderia à realidade. Não há prática científica sem teoria científica. Portanto, em termos epistemológicos, o dado isolado, em si nada é. Como também declara Leonard Guelke: "Os fenômenos do mundo externo adquirem seu significado intelectual para um indivíduo, de suas idéias teoréticas. Dados sem teoria estão mortos. Uma mente sem teorias está vazia. Usamos a palavra "teoria" aqui para incluir qualquer idéia ou sistema de idéias que o homem tenha inventado, imposto ou eliciado de dados primários, de sensações que fazem concepções entre

os fenômenos do mundo externo. Religiões, mitos e ideologias são todo exemplos de teorias.

É preciso fazer aqui, no entanto, a distinção necessária entre o que é uma teoria cientificamente válida, embora como teoria, e o que não pode ser aceito como teoria científica. Toda explicação que atinge, de certa forma, o global pode ser considerada uma teoria como declara Leonard Guelke, mas nem toda teoria é cientificamente válida como tal.

Possivelmente, uma das maiores contribuições nesse sentido, nos últimos tempos, é a do filósofo da ciência - Karl Raimund Popper - até Popper, ou melhor, antes dos Empiristas Lógicos o mundo científico tateava entre dedução e indução, pendendo acentuadamente para o segundo, embora os mesmos empiristas ingleses já tivessem posto em dúvida a validade do conhecimento através do método indutivo. A crítica foi feita, notadamente, por David Hume. Outras contribuições como a de John Dewey, T. Kuhn, alargaram a visão da metodologia científica. Mas com Popper temos uma demarcação relevante entre o que pode ser considerado científico e o que não o é, em termos metodológicos e epistemológicos.

Segundo Popper, para que uma teoria seja aceita com validade científica, é preciso, já de início, satisfazer uma condição primeira; a condição de compatibilidade.

Se a teoria não satisfizer tal condição não é informativa. Deve ser rejeitada. Uma segunda condição é que tal teoria possa ser submetida à comprovação. Ainda que muitos elementos colhidos na investigação favoreçam a aceitação da teoria, isto não garante a sua veracidade. Ela deve ser aceita em termos de probabilidade. Mas basta a existência de um elemento que a falseie para que tal teoria deva ser rejeitada. É a falseabilidade que se coloca como um segundo elemento na lógica da investigação científica, segundo Popper. "Uma teoria, no entanto, notadamente no campo social, pode se tornar em Ideologia".

IDEOLOGIA - Aquele que pretenda uma definição ou conceituação de ideologia terá diante de si uma tarefa não muito fácil. Quem criou o termo, na época da Revolução Francesa, com boas intenções, definiu-o como: "Ciência

de idéias". Não tardou, no entanto, que o próprio Imperador da França, Napoleão Bonaparte, visse o termo como tendo um tom pejorativo, e como sinônimo de teoria falsa. Com Karl Marx o vocábulo torna-se bem difundido. Para Marx, ideologia nada mais é do que uma racionalização dos interesses de classes; é uma arma, um recurso da classe dominante, (capitalista) para exercer o poder. É uma forma de conservação dos "status quo" no interesse dos que dominam. Karl Mannheim reforçou essa definição, em favor da posição marxista, e tentou distinguir utopia de ideologia na defesa do marxismo.

Marilena Chaui, sem se afastar da posição marxista, define Ideologia como: "um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados".

Ela chama de Ideologia esse ocultamento da realidade social.

Em vão as posições ideológicas de Hitler ou de Mao-Tsé-tung lutaram para escapar desse contexto conceitual.

A maneira mais adequada de se considerar o sentido de ideologia parece ser a de uma teoria falsa. Mas que é uma teoria verdadeira? A minha. Assim sendo, existe, de um lado, a minha teoria a respeito da realidade global e, de outro, as demais teorias que, por não serem a minha, são ideologias. É a mesma análise que se pode fazer do termo heresia. Que é uma heresia? Depende a quem é dirigida essa pergunta. A um judaizante, a um católico, a um protestante ou a um mulçumano? Cada um deles achará que a sua posição é a verdadeira e as demais são heresias.

Não se vai portanto ensaiar uma definição mas somente discutir a função, a razão de ser de existência de ideologias.

As ideologias são espécies de suportes de uma sociedade como o esqueleto humano suporta o corpo. Para os governantes poderem dirigir, há necessidade de uma base moral e legal. As ideologias fornecem tais bases. A sobrevivência de uma sociedade depende da ordem existente e de certa estabilidade. Sem tais requisitos ela caminha para o caos. Essa ordem e estabilidade indispensáveis à so

brevivência de uma sociedade, não podem ser conseguidas exclusivamente pela força. Por mais poderoso que seja o governante, sua potência é inferior às pressões existentes. Tanto no plano individual como no plano social o homem necesita de uma teoria geral a fim de localizar-se no tempo e no espaço. Freud já discutiu sobejamente essa necessidade no plano individual. Sem uma teoria geral de vida, o homem sente perdido e desorientado. Por mais esdrúxula que seja a teoria em apreço, ela se comporta como uma força que dá tranquilidade ao espírito de quem a aceita. Eis porque os debates religiosos magoam, ferem. Se a minha teoria está errada então estou perdido. No plano social essa realidade se amplia. Havendo uma aceitação tranquila, em relação ao global, essa teoria, mais do que a força das armas, conduz uma população a aceitar as determinações dos que governam. Se somos descendentes do deus Brahma, da cabeça, do corpo ou dos pés, ainda que eu seja um pária, não me rebelo. A Ideologia, mais do que os governantes, governa uma sociedade. Isso explica, por exemplo, episódios históricos como o de Canossa. Se o papa é representante de Deus na Terra, se o Imperador o é por ordem de Deus, o povo não aceitará o governo de Henrique IV se este desrespeita Gregório VII. O episódio se apresenta como se o Papa estivesse dizendo ao Imperador: vamos ver quem manda mais, você com a força e eu com a ideologia.

Não foi a teoria marxista que determinou a Revolução Russa. Esta surgiu em função da situação geral reinante na mesma Rússia; aumento da industrialização, amento demográfico considerável, desemprego. Quando a situação de descontentamento desencadeou-se, em 1905, Lenine estava na Suíça. Como discípulo de Marx, não tardou que voltasse a vender o seu "peixinho" na Rússia. Se uma família cresce e adota novos costumes, a casa pode se tornar pequena e inadequada. É preciso derrubá-la, mas para que outra seja construída há a necessidade de uma nova planta. Esta é também a relação entre sociedade e ideologia. Compare-se com a implantação do Fascismo na Itália. Se na Rússia havia o partido socialista, se o próprio padre Gapon o era, na Itália o partido socialista não era menos forte e a situação de descontentamento e desmoronamento era semelhante à da Rússia.

Tendo o exemplo russo às suas portas, era de esperar que a Itália resolvesse seu problema adotando o socialismo. Mas isso não aconteceu porque Benito Mussoline já não era adepto de tal ideologia. A ideologia adotada, o Fascismo tinha como característica, entre outras, o fato de ser anti-socialista.

Conclui-se que a estabilidade e manutenção da ordem social dependem da existência de uma teoria global, seja ela qual for. Depende de ser aceita. Essa teoria geral sustenta a sociedade como o esqueleto sustenta o corpo humano. O ideal, portanto, é que o homem tivesse conhecimento de sua natureza global, daquilo que os metafísicos chamavam de essência. Conhecendo a sua origem, destino e natureza essencial, daria a explicação global em termos de uma teoria científica. Embora ficasse no plano teórico, teria a validade das teorias científicas. Toda e qualquer sociedade se regeria por esta mesma teoria. Conquanto pudesse ser reformulada, como são as teorias científicas, uma vez reformulada, em face das comprovações científicas, seria válida para qualquer parte do globo terráqueo. Na falta de tal conhecimento global, de tal teoria, no entanto, impõe-se a colocação de uma explicação dessa realidade em termos globais, ainda que tal explicação não corresponda à realidade.

Uma vez montado o sistema, calcado em uma teoria, ainda que falsa, tal sistema favorece uns em detrimento de outros; cria privilégios a grupos e desvantagens a outros. E esses grupos, em geral governantes, passam a defender a permanência do sistema e conseqüentemente a ideologia que o sustenta, por questão de interesse. A mudança de sistemas e de ideologia correspondente não resolve a problemática social, substitui, apenas, os grupos que gozam de privilégios por outros grupos que estavam à margem de tais privilégios.

EPISTEMOLOGIA

Para o epistemólogo não interessa, ou não deve interessar, como epistemólogo, seja a permanência do "status quo" seja a sua substituição. O epistemólogo deve agir com toda isenção de ânimo no que se refere a valores

ético-políticos. A epistemologia é a ciência da ciência. Ao epistemólogo interessa a investigação do real. Ele age como um crítico, como um contestador em relação ao conhecimento, em relação às hipóteses e às teorias já formuladas. Como filósofo da ciência ele fica no final da linha a fim de examinar os resultados dos trabalhos científicos, quer no aspecto lógico, quer em relação às incompatibilidades, quer no que se refere a fatos que estejam falseando as hipóteses formuladas.

Mas a epistemologia acompanha, também, o processo de investigação científica. Utilizando-se da reflexão, a epistemologia exerce uma vigilância da ciência sobre seus procedimentos, sobre os métodos utilizados. Ela é uma lógica da investigação científica. Refletindo sobre a validade da ciência, ela se coloca como uma metaciência.

Em certo aspecto ela é a responsável pelo avanço do conhecimento científico. Com tais exigências ela está, a todo momento, solicitando das ciências um reexame, uma reconstrução e uma reformulação das teorias científicas, nessa busca sem fim da investigação do real. Se a ideologia pode ser considerada uma teoria falsa, a epistemologia é, tão somente, uma reflexão crítica sobre todo conhecimento. A epistemologia deve impedir que o conhecimento científico fique estagnado.

A Epistemologia nos leva à apreensão da lógica do erro. Há na verdade, uma polêmica contra o erro, na busca da perfeição científica. Assim sendo, ela procura libertar o conhecimento; das ideologias, dos mitos, e das crenças.

Fica fácil entender, por outro lado, por que os epistemólogos trabalham com maior liberdade quando se trata de ciências físicas e biológicas do que quando se trata das ciências humanas que dizem respeito aos fundamentos da sociedade desse mesmo homem. Nestas, pode acontecer que o trabalho do epistemólogo vá ferir diretamente a interesses de grupos. É o que acontece, notadamente, com a Geografia, considerada em seu aspecto humano. Aí o epistemólogo sente de maneira acentuada as restrições a ele impostas.